

continuação... aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Recolha de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 16. Para fins de mensuração subsequente, o valor é mensurado pelo custo amortizado de seu passivo financeiro, seja o menor ou o maior valor dos preços de mercado e o valor justo de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativo dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, para a Companhia e suas controladas, em duas categorias - Ativos financeiros ao custo amortizado; - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução do valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução do valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embudados separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge". Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um dessacamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) está de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem outra significação a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retive os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações relativos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se no histórico de fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluído fluxos de caixa da venda de garantias de títulos e outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pelo grupo de ativos controlados, em duas categorias: - Passivos financeiros ao custo amortizado; - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer despesa ou água na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo IASB. 3.17. Demonstração do Valor Adicional ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 3.18. Segmentos operacionais: A Administração da Companhia baseia suas decisões em relacionamentos financeiros preparados pelos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são usadas pela Administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de desempenho. Portanto, a Administração concluiu que opera em um único segmento operacional e, portanto, considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. 4. Julgamentos, estimativas e premissas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas reconhecem provisão para custos tributários, civis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recálculos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. e) Cálculo da provisão para perdas: Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações razoáveis e suportáveis sobre o futuro, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa aplicada durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições

futuras. Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas, razoáveis e comprováveis. f) Mensurações do valor justo e processo de avaliação: Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo. Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e os ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício. g) Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos: As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando a taxa de crescimento, uma vez que os contratos firmados não possuem uma informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia utilizou informações dos contratos de arrendamento, e adotou premissas, tais como a estrutura de capital da Companhia e o risco do ambiente econômico do país. 4.3. Normas e interpretações já adotadas pela Companhia e suas controladas: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicadas a partir de 01/01/2021: - Alterações no CPC 06/IFRS 16 - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contrato de arrendamento; e - Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 - Reforma da taxa de juros de referência. A adoção dessas alterações não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou valores divulgados nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. 4.4. Normas e interpretações que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo Superfid pretende adotá-las, se cabível, quando entrar em vigor. - IFRS 17 - Contratos de seguro, que entrará em vigor a partir de 01/01/2023. - Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em 01/01/2022. - Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em 01/01/2022. Efeita alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2022. - Alteração na norma IFRS 3 - Inclui alinhamentos conciliáveis desta norma com a estrutura contábil das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em 01/01/2022. - Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em 01/01/2023. e - Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em 01/01/2023. A administração da Companhia está estudando os eventuais efeitos na adoção das referidas normas, no entanto, não é esperado impacto relevante sobre as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Avencer	1.399	1.012
Até 30 dias	224	106
30 a 60 dias	15	69
Acima de 60 dias	258	184
Vencido	195	3
Até 30 dias	315	70
31 a 60 dias	165	28
61 a 90 dias	766	150
91 a 180 dias	64	89
181 a 365 dias	3.401	1.711
Acima de 1 ano	-	-
Total	6.526	3.401

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Funcionários	104	773
Viagens	-	98
Fornecedores	89	1.214
Total	193	2.085

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a compensar (a)	1.462	390
Saldos negativos -	-	1.154
Tributos retidos na fonte (b)	112	27
IVA e outros tributos -	-	1.319
LATAM a compensar (c)	-	1
Total	1.574	417

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	-	-
Diferenças temporárias (a)	-	409
Total	-	409
Circulante	-	261
Não circulante	-	148
Total	-	409

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	260	949
2023	149	311
Após 2023	-	-
Total	409	1.260

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Impostos diferidos	-	-
IRPJ e CSLL sobre ação (a)	-	10.693
Impostos diferidos -	-	1.193
Total	-	11.886

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cauchês - Aluguel	-	338
Venda de participação societária (a)	-	721
Total	-	1.059

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	21.300	9.105
SBWS	27.528	17.155
Peru	4.499	4.048
Colômbia	3.060	4.616
Chile	-	-
Argentina	5.523	5.624
Subtotal	63.970	41.596

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Total	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - Nacional	-	931
Contas a receber - Exterior	-	2.470
PCLD - Contas a receber - Exterior	-	(91)
Total	-	3.310

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	36
Conta corrente	116	3
Aplicações financeiras	1.027	4.470
Total	1.143	4.473

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber	-	-
Nacional	-	931
Exterior	-	2.470
PCLD - Contas a receber - Exterior	-	(91)
Total	-	3.310

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Total	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cauchês - Aluguel	-	338
Venda de participação societária (a)	-	721
Total	-	1.059

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	21.300	9.105
SBWS	27.528	17.155
Peru	4.499	4.048
Colômbia	3.060	4.616
Chile	-	-
Argentina	5.523	5.624
Subtotal	63.970	41.596

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.624	-
Subtotal	41.596	240

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Investidas	2.060	-
Superfidi Pay	-	1.088
SBFIN	-	-
MaisAtivo	17.105	-
SBWS	9.115	-
Peru	4.048	-
Colômbia	4.616	-
Argentina	5.	

continuação...
 a valor justo - pois em decorrência da aquisição, a SBWS obtive a opção de comprar o restante das participações societárias ao longo de quatro anos. Este intangível sofre teste de recuperabilidade e não é amortizado. Foram reconhecidos após R\$ 52.418 na aquisição da controlada indireta SOLD em 2019 e de R\$ 587 na aquisição da controlada indireta AutoArremate em 2020 (ver também nota explicativa nº 10). A taxa de amortização anual das licenças de softwares utilizada pela Companhia é de 20% para os primeiros apresentados (controladora e consolidado). Nas datas-bases de 31/12/2022 e 31/12/2021, a Companhia efetuou a análise dos indicadores de impairment, concluindo não haver indícios que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução do valor recuperável dos itens componentes do seu ativo intangível, exceto o ativo cuja avaliação deve ser anual. Com relação ao ativo da combinação de negócios da SOLD (R\$ 52.418), a Companhia efetuou, com a auxílio de consultores externos, teste de impairment, na data base 31/12/2021, concluindo não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução do valor recuperável. A Companhia utilizou como base para o teste de impairment o valor em uso, tendo considerado as seguintes principais premissas nos testes realizados: O valor contábil da unidade geradora de caixa testada foi de R\$ 502,57 mil, além do ativo de R\$ 52.418, os valores contábeis do imobilizado, intangível e do capital de giro. Este valor é inferior ao valor em uso calculado no teste. As principais premissas adotadas no cálculo do valor em uso foram: * Foram considerados os fluxos de caixa futuros estimados de 2021 a 2026 (período explícito), tendo sido usadas como base as receitas estimadas correspondentes à operação da SOLD após a aquisição; * A receita estimada corresponde à operação da SOLD após a aquisição e a premissa-chave da projeção e está amparada nas projeções plurianuais feitas pela Companhia; * A projeção da receita também levou em conta os dados históricos da entidade adquirente (a controlada MaisAlvo) e os da operação da SOLD após a aquisição; * As taxas de crescimento utilizadas são compatíveis com as médias de crescimento de longo prazo do mercado para o qual a unidade geradora de caixa é direcionada; * A taxa de desconto nominal dos fluxos de caixa projetados foi calculada em 14,1% ao ano.

15.1. Mútuos, contratos de rateio de despesas e dividendos:

	Controladora	Consolidado
Mútuos a receber		
SBWS	-	-
Chile	811	-
Outros acionistas	177	177
Subtotal	177	177
Contrato de rateio		
MaisAlvo	818	-
SBWS	844	-
Solutiona	18	-
Superbid Pay	54	-
NWS	18	-
AutoArremate	9	-
Subtotal	1.761	-
Dividendos a receber		
Argentina	4.612	4.013
Subtotal	4.612	4.013
Valores a receber		
Argentina	-	59
Chile	-	71
Subtotal	-	130
Total	6.550	5.072
Circulante	1.938	988
Não circulante	4.612	4.084
Passivo		
Valores a pagar		
Argentina	(282)	-
Chile	(64)	-
Subtotal	(346)	-
Circulante	(346)	-

Os contratos de mútuos firmados têm natureza de conta corrente entre as empresas do Grupo Superbid, sendo estabelecidos com prazos, porém sem a obrigatoriedade de incidência de juros. Há recolhimento do IOF conforme as diretrizes do decreto 6.306/2007. **15.2. Prestação de serviços:** O Grupo controla os seguintes prestadores de serviço que são relacionados da Companhia:

Prestador	Tomador	Natureza	Valor mensal	2022	2021
Round Pags	SBWS	Tecnologia (Gestão de squads)	R\$ 306 mil	R\$ 257 mil	-
Acion Labs	SBWS	Tecnologia	-	-	-
Design	AutoArremate	(Design de TI)	R\$ 36 mil	R\$ 37 mil	-
MaisAlvo (a)	Renato Moyés	Leiloeiro transação	44% da 8% da	45% da 8% da	52% da 80% da
MaisAlvo (b)	Renato Moyés	Leiloeiro transação	49% da 80% da	52% da 80% da	-
SBWS (a)	Renato Moyés	Leiloeiro transação	80% da	-	-
SBWS (b)	Renato Moyés	Leiloeiro transação	-	-	-
Zucher	Colômbia	Assessoria Comercial	R\$ 23 mil	R\$ 25 mil	-

a) Percentual estabelecido até 22/09/2022. b) Percentual a partir de 23/09/2022.

15.3. Comodato: Existem as seguintes contratos entre partes relacionadas:

Comodante	Comodatário	Bem	Valor mensal
MaisAlvo	SBPar	Imóvel qj. 42 Av. L. C. Berrini	Sem valor monetário
MaisAlvo	SBWS	Imóvel qj. 42 Av. L. C. Berrini	Sem valor monetário
MaisAlvo	NWS	Imóvel qj. 42 Av. L. C. Berrini	Sem valor monetário
MaisAlvo	Solutiona	Imóvel qj. 42 Av. L. C. Berrini	Sem valor monetário
MaisAlvo	Superbid Pay	Imóvel qj. 42 Av. L. C. Berrini	Sem valor monetário

15.4. Licença de software: São os seguintes os contratos existentes entre empresas relacionadas, durante 2022 e 2021:

Licenciante	Licenciado	Software	Valor mensal
SBWS	MaisAlvo	Plataforma SBWS	Sem valor monetário
SBWS	NWS	Plataforma SBWS	Sem valor monetário
SBWS	SBN Substas	Plataforma SBWS	(*)
SBWS	Chile	Plataforma SBWS	(**)
SBWS	Colômbia	Plataforma SBWS	(***)
SBWS	Peru	Plataforma SBWS	(***)

(*) 7,5% dos recebimentos líquidos até os primeiros \$3.000.000 (pesos Argentinos) e 5% dos recebimentos líquidos a partir de \$3.000.001 (pesos Argentinos). (**) R\$ 2.000,00 por mês, mais R\$ 200,00 por lote vendido. (***) R\$ 2.000,00 por mês, mais R\$ 200,00 por lote vendido, sendo isenta para lotes que a comissão for inferior a \$ 300.000 (pesos colombianos) ou lotes constituídos de animais ou veículos provenientes de locadoras cuja comissão seja inferior a \$1.000.000 (pesos colombianos). **15.5. Licença de imóveis e seguros:** O imóvel onde fica a sede da Argentina é de propriedade de Fabian Narvaez, sócio desta controlada, ao custo mensal de R\$ 23. A Corretora de Seguros responsável pelas cotações de seguros do Grupo Superbid e a parte relacionada TRR Corretora de Seguros, sem valor monetário, tendo em vista que o Grupo Superbid paga a apólice diretamente para a Seguradora escolhida, que apresentou proposta com o melhor custo/benefício, de acordo com preços de mercado. **15.6. Remuneração do pessoal chave:** A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados ao pessoal chave da administração estão apresentados a seguir (cumulativa no período):

	Controladora	Consolidado
Pró-labore e bônus	6.072	1.477
13ª e encargos	6.072	1.477
Total	12.144	2.954

16. Fornecedores:

	Controladora	Consolidado
Fornecedores nacionais	1.026	129
Fornecedores exterior	-	368
Total	1.026	497

Os fornecedores no exterior foram originados pelas Empresas LATAM e possuem vencimento em até um ano.

17. Obrigações trabalhistas:

	Controladora	Consolidado
Salários a pagar	-	438
Encargos sobre a folha a recolher	720	93
Obrigações sindicais	-	2.767
Provisão de férias	-	8
13ª e encargos	1.105	61
Provisão de bônus	6.913	12.028
Total	8.738	154

18. Obrigações tributárias:

	Controladora	Consolidado
IRPJ	-	2.364
CSLL	-	7.363
PIS	-	140
COFINS	1	654
ISS	-	463
IVA/ICMS a pagar (a)	-	1.956
ITIB a pagar (b)	-	163
Tributos retidos	-	3.488
Outros tributos a recolher	7	4
Total	8	6

a) IVA: 19% na Colômbia e 21% na Argentina; ICA: 0,69% e IGV: 18%; b) Imposto sobre ingressos brutos ("IBTB") - Alíquota variável por cidade, usualmente de 4%. As obrigações tributárias sobre o faturamento das empresas nacionais são impostas nacionalmente sobre o faturamento que variam de 2 a 5%. PIS (0,65%) e IPI (1,65%) e Cofins (3% a 7,6%). Em todos os períodos reportados o Grupo Superbid opera o Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") pelo regime de lucro real.

19. Obrigações derivadas de leilões:

	Controladora	Consolidado
Valores a serem repassados (a)	-	48.180
Cauchões (b)	-	12.204
Reembolsos de comissão	-	1.140
Total	-	60.384

a) Valores a serem repassados: Obrigação de repasse aos comitentes vendedores (proprietário do bem leiloado) à medida que o leilão é finalizado, o arrematante quite seu pagamento, conforme nota explicativa nº 5. O prazo para a liquidação é negociado individualmente em cada operação, mas em geral não ultrapassa 15 dias. b) Caução: A caução é uma garantia que o arrematante precisa oferecer ao Grupo Superbid para participação de leilões. Usados finalizados tender a manter os valores aportados a fim de dar mais agilidade às transações. A devolução fica atrelada à conveniência do arrematante, sem prazo para liquidação. O aumento desta rubrica decorre da expansão da base de usuários da plataforma.

20. Empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Banco Itaú	1.629	4.261
Banco ABC	2.706	3.853
Banco RodoBens	2.096	4.814
Banco Safra	10.669	4.814
FINEP	264	2.059
Total	17.364	19.987

a) Valores a serem repassados: Obrigação de repasse aos comitentes vendedores (proprietário do bem leiloado) à medida que o leilão é finalizado, o arrematante quite seu pagamento, conforme nota explicativa nº 5. O prazo para a liquidação é negociado individualmente em cada operação, mas em geral não ultrapassa 15 dias. b) Caução: A caução é uma garantia que o arrematante precisa oferecer ao Grupo Superbid para participação de leilões. Usados finalizados tender a manter os valores aportados a fim de dar mais agilidade às transações. A devolução fica atrelada à conveniência do arrematante, sem prazo para liquidação. O aumento desta rubrica decorre da expansão da base de usuários da plataforma.

	Controladora	Consolidado
Novas captações	3.814	6.505
Encargos capitalizados	895	119
Correção capitalizada	6.504	(7.227)
Pagamentos de principal	(1.220)	(1.677)
Pagamentos de correção	(802)	(104)
Total	17.364	19.987

Os valores a pagar, até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

	Controladora	Consolidado
2023	5.083	6.570
2024	3.293	4.565
2025	1.907	2.672
2026	1.491	1.375
Após 2027	5.590	4.895
Total	17.364	19.987

A Companhia não possui parcelas a pagar vencidas nas datas-base apresentadas. Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que se descumpridas implicam no vencimento antecipado das dívidas. Apenas há fiança bancária do Itaú com garantia de 100% do pagamento do Finep.

21. Passivo de arrendamento: Os saldos consolidados são:

	Controladora	Consolidado
Saldo anterior	7.437	9.830
Juros apropriados	869	1.217
Novos arrendamentos	1.223	1.342
Pagamentos de principal	(2.950)	(3.432)
Base de arrendamentos	(15)	(15)
Ajuste de conversão	(243)	(505)
Total	5.412	7.437

Os fluxos de caixa futuros do passivo de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2023	1.441	3.768
2024	6.566	6.783
2025	-	5
Total	8.007	10.556

Os fluxos futuros do passivo de arrendamento (descontados e não descontados), base para apuração de créditos de PIS e COFINS, estão apresentados a seguir, assim como o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar:

	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa descontados	2.374	3.262
Contraprestação do arrendamento	220	302
Potencial PIS e COFINS a recuperar (9,25%)	-	-
Total	2.154	3.419

civil e 3 de natureza trabalhista. Em 31/12/2022 o Grupo mantém provisão para litígios em seu passivo não circulante no montante de R\$ 261 (R\$ 143 em 31/12/2021), para cobrir eventuais desembolsos relacionados aos processos para os quais seus assessores jurídicos avaliaram o risco de perda como provável. Além dos processos classificados como perda provável que estão provisionados, em 31/12/2022, havia 11 litígios (15 em 31/12/2021) avaliados como risco de perda possível por sua assessoria jurídica que totalizam risco de R\$ 35.016 (R\$ 34.224 em 31/12/2021). De acordo com o IAS 37 (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), o grupo não constitui provisão em seu passivo para cobertura de eventuais desembolsos com este grau de avaliação de risco. A Companhia figura como parte requerida de procedimento arbitral contábil segundo o Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC. A controvérsia diz respeito ao preço de compra de totalidade das quotas representativas do capital social de empresa incorporada por uma controlada da Companhia. Arbitragem foi instaurada em 02 de junho de 2021 de acordo com a avaliação dos advogados, o caso envolve um risco de perda possível. **23. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31/12/2021, totalmente integralizado é de R\$ 1.097.224, dividido em 18.761.200 ações ordinárias, nominais e sem valor nominal, assim distribuída entre seus acionistas.

	Controladora	Consolidado
Quantidade de ações	17.333.008	73.746
Participação (%)	17.042.042	16,252%
Pavia Participações S/A	3.145.850	3,00%
SBHE Participações S/A	3.145.850	3,00%
André Ferreira Martins Assumpção	3.145.850	3,00%
Antonio dos Santos Maciel Neto	3.145.850	3,00%
Gerardo Rondon da Rocha Azevedo	1.048.800	1,00%
Roberto de Queiroz Sodrê Santoro	1.048.800	1,00%
Total	10.861.200	100,00%

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações no exercício:

	Controladora	Consolidado
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	19.549	27.243
Quantidade média de ações ordinárias	10.861	104.861
Total	R\$ 0,19	R\$ 0,26

b) Distribuição de dividendos. De acordo com o estatuto social da SBPar: a) absorção de lucros do exercício de ser (i) absorção de prejuízos; (ii) constituição da reserva legal de 5%, que esta atinja 20% do capital social; e (iii) 10% à título de dividendo obrigatório. Em 31/12/2022 foram distribuídos R\$ 1.867 de dividendos aos acionistas (R\$ 9.103 de dividendos aos acionistas). Os dividendos consolidados distribuídos foram de R\$ 6.292 no exercício de 2022 (R\$ 13.354 em 31 dezembro de 2021). O pagamento se concretizou de maneira serena conforme tabela a seguir:

	Controladora	Consolidado
31/12/2022	50	50
31/12/2021	551	551
31/12/2020	551	551
31/12/2019	550	550
31/12/2018	651	651
31/12/2017	471	471
31/12/2016	551	551
31/12/2015	630	630
31/12/2014	1.497	1.497

24. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. **Mensuração do valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores justos dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo se aproximam de seus respectivos valores contábeis considerando as suas naturezas, prazos de vencimento e expectativas de perda. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo, em 31/12/2022 e 31/12/2021 são como segue:

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	95.439
Ativos financeiros	Nível 2	136.364
Passivos financeiros	Nível 2	136.364
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

Passivos financeiros: Empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

Ativos: Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	95.439
Ativos financeiros	Nível 2	136.364
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

Ativos e equivalentes de caixa: Nível 1

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	95.439
Ativos financeiros	Nível 2	136.364
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

Ativos e equivalentes de caixa: Nível 1

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	95.439
Ativos financeiros	Nível 2	136.364
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

Ativos e equivalentes de caixa: Nível 1

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	95.439
Ativos financeiros	Nível 2	136.364
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

Ativos e equivalentes de caixa: Nível 1

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	95.439
Ativos financeiros	Nível 2	136.364
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	136.364
Total	136.364	198.787

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------